



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIENCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII PATOS – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

GABRIELA RAMALHO MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB.**

Patos
2017

GABRIELA RAMALHO MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba - Curso de
Bacharelado em Administração, como requisito para
obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Prof. Ms. Karlla Karolinne França Lima

Patos
2017

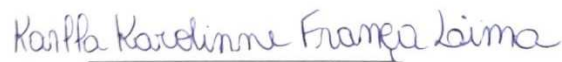
GABRIELA RAMALHO MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO
DE CASO NA PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE
PATOS – PB**

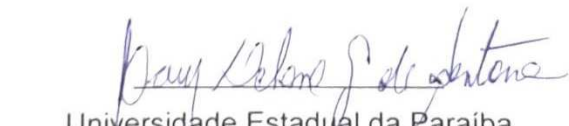
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Estadual
da Paraíba - Curso de Bacharelado
em Administração, como requisito
para obtenção do título de bacharel.


Aprovada em: 04/08/2017

Banca Examinadora



Universidade Estadual da Paraíba
Prof. Ms. Karlla Karolinne França Lima


Universidade Estadual da Paraíba
Prof. Ms. Mary Delane Gomes de Santana


Universidade Estadual da Paraíba
Prof. Ms. Felipe Cesar da Silva Brito

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M528p Melo, Gabriela Ramalho

Políticas públicas de ressocialização [manuscrito] : um estudo de caso realizado na Penitenciária Regional Feminina de Patos - PB / Gabriela Ramalho Melo. - 2017.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Ma. Karlla Karolinne França Lima, CCEA".

1. Política pública de ressocialização. 2. Ressocialização de apenados. 3. Política pública. I. Título.

21. ed. CDD 320.6

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me permitir chegar até aqui mesmo que de forma inusitada, por me fortalecer nas horas que me senti só e por ser meu alicerce nas horas que pensei em desistir

A minha mãe, Kelma Ramalho, que mesmo vendo uma filha sozinha longe de casa não deixou de me incentivar para concluir o curso de Administração e obter um curso superior. Em especial, ao meu pai Gilson Melo, que contribuiu com suas dicas e correções na elaboração deste trabalho mesmo com seu tempo corrido.

Ao meu amado marido, Dyego Ramalho, que tanto me orientou com o tema escolhido, que me ajudou nas dúvidas e me deu uma verdadeira aula, que foi compreensivo, amoroso e paciente nas horas que estive ausente me dedicando ao estudo superior. A minha linda filha, Manuela Melo Ramalho, que mesmo pequena soube compreender minha ausência como mãe em muitos momentos. Sem ela esta caminhada não teria sentido.

Agradeço também a minha irmã, Camila Ramalho, que colaborou me ouvindo sempre nas minhas horas de exaustão.

A UEPB, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela para a vida profissional.

À minha orientadora Karlla Karoline pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e profissionalismo.

Meus agradecimentos também a minha amiga Alany Araújo por fazer dos meus dias na UEPB mais alegres, por partilhar momentos prazerosos e de boas risadas.

A todos que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A busca pela diminuição da criminalidade traz a necessidade de reintegração dos apenados no âmbito do convívio social. Para tanto, são criadas políticas públicas para ressocialização, sendo esta uma ferramenta para diminuir a reincidência criminal. O processo de criação de políticas públicas é lento, o que gera um aumento na reincidência criminal, sendo necessário que o Estado se faça mais presente na vida da sociedade para promover o bem comum, como também utilizar as políticas públicas para promover oportunidades aos que estão presos, por ter cometido algum delito. Os apenados devem ser reeducados para poder conviver socialmente, para trabalhar e ter uma vida correta, fora da unidade prisional. Neste contexto a problemática da pesquisa se dá em verificar se as políticas públicas de ressocialização aplicadas na Penitenciária Regional Feminina de Patos - PB têm contribuído efetivamente no processo de reintegração social das apenadas. A pesquisa possui a finalidade de conhecer e compreender as políticas públicas de ressocialização adotadas na Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB com fim de averiguar sua eficácia e contribuição para as apenadas, buscando-se maximizar o processo de reintegração social e o cumprimento da finalidade principal da pena. Para obtenção dos resultados e objetivos pretendidos, adotou-se levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, na qual foi abordada a observação e entrevista com os atores daquela unidade prisional.

Palavras-chave: Criminalidade. Ressocialização. Violência. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The search for a decrease in crime brings the need for reintegration of the victims in the context of social interaction. To this end, public policies are created for resocialization, which is a tool to reduce criminal recidivism. The process of creating public policies is slow, which leads to an increase in criminal recidivism, and it is necessary for the State to become more present in the life of society in order to promote the common good, as well as to use public policies to promote opportunities for those who are Prisoners, for committing some crime. The grieving must be re-educated in order to live socially, to work and to live a correct life, outside the prison unit. In this context, the research problem is to verify if the public policies of resocialization applied in the Regional Feminine Penitentiary of Patos - PB have effectively contributed to the process of social reintegration of the victims. The purpose of this research is to understand and understand the public policies of resocialization adopted at the Regional Women's Penitentiary of Patos - PB in order to ascertain their effectiveness and contribution to the victims, seeking to maximize the process of social reintegration and fulfillment of the main purpose Of the penalty. To obtain the results and intended objectives, a bibliographic survey, documentary analysis and field research were adopted, in which the observation and interview with the actors of that prison unit were approached.

Keywords: Crime. Ressocialização. Violence. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POLÍTICA PÚBLICA	10
3 SISTEMA CARCERÁRIO	12
3.1 SETOR CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	12
3.2 SETOR CARCERÁRIO FEMININO BRASILEIRO.....	13
4 POLÍTICA PÚBLICA DE RESSOCIALIZAÇÃO	13
5 ESTUDO DE CASO	15
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO IMPLANTADAS.....	16
5.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	17
6 CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS	20
APÊNDICES	24
APÊNDICE A.....	25
APÊNDICE B.....	26
APÊNDICE C.....	27
ANEXO	28
ANEXO A.....	29

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade compreender as políticas públicas adotadas no processo de ressocialização e sua contribuição para as apenadas da Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB, procurando maximizar o conhecimento sobre políticas públicas de ressocialização, sua função e benefícios para sociedade.

Neste contexto o objetivo da pesquisa é responder a seguinte pergunta: como as políticas públicas de ressocialização têm contribuído para as apenadas da Penitenciária Regional Feminina de Patos - PB em seu convívio social para não retornarem a cometer delitos.

A fim de alcançar o objetivo, adotou-se levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, como principais recursos metodológicos. Na pesquisa de campo foi abordada a observação e entrevista com os atores daquela unidade prisional, que foram eleitas como principais instrumentos para coleta de dados. As mesmas foram submetidas a uma conversa baseada em perguntas construídas com base no referencial teórico, qual seja, ressocializar para que seja ingressada no âmbito social novamente.

O trabalho foi dividido em etapas para que o conhecimento seja construído de forma gradativa. Para isso, a presente pesquisa aborda o conhecimento sobre políticas públicas, faz um breve apanhado histórico sobre o sistema carcerário brasileiro, especificamente, o setor carcerário feminino, estuda as políticas públicas no setor carcerário e as políticas públicas de ressocialização, e, por fim, através da pesquisa de campo, busca responder se as políticas públicas de ressocialização aplicadas no setor carcerário feminino paraibano, especificamente na Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB, estão realmente surtindo efeito, visando contribuir com o Estado, uma vez que o sistema penitenciário deve ser um espaço de construção da cidadania para que se cumpra a finalidade da pena de ressocialização e consequentemente a prevenção e diminuição da criminalidade.

2 POLÍTICA PÚBLICA

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se firmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade, pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

As políticas públicas são criadas para direcionar recursos para determinado problema que envolve interesses de diversos atores que a influenciam de forma que seus problemas façam parte da agenda política. De acordo com Hofling (2001), políticas públicas são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social.

Já para Secchi (2010) a política pública é uma diretriz pronta para enfrentar os problemas públicos, através de várias ferramentas como, por exemplo, programas sociais, projetos, leis e outros. E, segundo, Meny e Thoenig (1992, apud MATIAS-PEREIRA 2012, p.1465):

Afirmam que, vista de forma mais descritiva, uma política pública são os atos, mas também os “não atos” de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor da sociedade. Em geral, se apresenta sob a forma de um programa governamental que possui algumas características: (i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades, preferências e valores, e tendem para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; (v) pelo seu alcance no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos afetados pela ação pública.

Dessa forma, não há pacificação no que se refere à definição de políticas públicas, porém os autores concordam que o processo é cíclico, começando com a formação da agenda, passando pela formulação, a implementação e por último à avaliação dos resultados. O Ciclo Político na visão de Secchi (2010):

O sistema de elaboração de políticas públicas se faz por intermédio de um ciclo que se constitui de um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida da política pública em fases sequenciais e interdependentes.

O ciclo político é formado por cinco fases que são: formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação.

A primeira fase consiste na formação da agenda, onde é decidido qual o problema irá fazer parte da agenda política. Onde Azevedo (1997, p. 61) afirma que: uma política pública constitui-se a partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado. Ainda sobre o conceito, Caldas (2008) afirma que é nessa fase que são definidos quais problemas serão postos na agenda, e a inclusão desses problemas depende da influência dos atores políticos. Dessa forma, o problema pode entrar e sair na agenda a qualquer momento, dependendo da influência que exerce os atores. Outros problemas podem surgir com maior prioridade, onde ocorre uma mudança de padrão.

A segunda fase consiste na formulação das políticas, sendo iniciada com a inclusão do problema na agenda, onde serão definidas as ações a serem adotadas, as metas a serem atingidas e o objetivo a ser alcançado (CALDAS, 2008). A terceira fase se dá pelo processo de tomada de decisão, que é a escolha da melhor alternativa apresentada, como será colocado em prática esta solução. Segundo Secchi (2010), a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Isto não implica dizer que, mesmo que tenha uma alternativa escolhida não garante que seja implementada. A quarta fase é a implementação, que é o planejamento colocado em prática. De acordo com Carvalho (2011, p. 27):

Esta etapa corresponde à execução da política formulada para resolver um determinado problema, é conhecida na literatura como a burocratização da política, pois a tendência é tornar-se repleta de regras e regulamentos. Ainda assim, a partir do plano previamente negociado, discutido e aprovado pelos atores, é possível, existir, nesta etapa, a imprevisibilidade, a inversão de posições e as renegociações.

A quinta e última fase é a avaliação, que de acordo com Secchi (2010, p. 49), é a fase do ciclo onde a fase de implementação e de desempenho são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes. Segundo Carvalho (2011, p. 28), afirma que:

Nessa fase o foco da análise é identificar se os objetivos de um determinado programa foram alcançados, o que, neste caso, pode levar a suspensão ou fim do ciclo político para a um novo programa ou reinício em outras bases. Se acaso ocorrerem déficits de impacto ou efeitos colaterais indesejáveis,

torna-se necessário identificar quais as consequências para ações e programas futuros.

3 SISTEMA CARCERÁRIO

O sistema carcerário originou na idade média, no período da inquisição da Igreja Católica Apostólica Romana. A pena era destinada à cura do delinquente, buscando o seu arrependimento perante a divindade.

O cárcere, como instrumento espiritual de castigo, foi desenvolvido pelo Direito Canônico, uma vez que, pelo sofrimento e pela solidão, a alma do homem se depura e purga o pecado. A penitência visava aproximar o criminoso de Deus.

A principal função da pena era a punição imediata do autor, por ter cometido algo errado, dentro dos parâmetros da lei, diante isto o Estado tem o direito de punir o infrator. Segundo Bitencourt (2004) afirma que, a pena é concebida como um mal que deve ser imposto ao autor de um delito para que expie sua culpa.

Atualmente o cárcere é uma espécie de pena que visa a ressocialização, tendo este como um dos seus principais objetivos, ou seja, reinserir o cidadão apenado no meio social e não apenas retribuir o mal por ele praticado como era em tempos passados.

3.1 SETOR CARCERÁRIO BRASILEIRO

A população carcerária segue uma tendência de crescimento contínuo e acelerado com números exorbitantes e absolutos. Em uma década, o Brasil dobrou o número de pessoas encarceradas, alcançando o quarto lugar no ranking dos países com maior quantidade de pessoas encarceradas.

O encarceramento que ocorre no Brasil não gerou impacto positivo sobre os indicadores de violência, é tanto que os Estados Unidos, China e Rússia, que apresentam as três maiores populações carcerárias no mundo, vêm reduzindo sua taxa de criminalidade.

No ano de 2016, o Brasil apresentou aumento de 33% de sua taxa de aprisionamento em cinco anos, chegando a obter uma média de quase 300 pessoas presas para cada cem mil habitantes. Um relatório que foi apresentado pelo

Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN) em 2016, estimou que a população prisional brasileira ultrapassou 600 mil presos. Segundo dados do IBGE, de 2002 a 2013 a população brasileira cresceu cerca de 15%, enquanto a população carcerária teve um aumento de 140%.

3.2 SETOR CARCERÁRIO FEMININO BRASILEIRO

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (INFOPEN MULHERES), um estudo foi apontado à existência de 103 unidades penitenciárias brasileiras, destinadas especificamente para mulheres (7%) e 239 são mistas (17%).

Ainda o INFOPEN MULHERES, informa que o Brasil teve um aumento do encarceramento feminino, entre os anos de 2000 a 2014, onde o número passou de 5.601 para 37.380, obtendo um crescimento de 567% em 15 anos. Aumentando a criminalização cometida por mulheres, onde 58% destas mulheres estão encarceradas por tráfico de drogas.

Em novembro de 2015, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), mostra que essa taxa de crescimento é bem maior que o crescimento geral de presos no Brasil, chegando a ser quatro vezes maior. No ranking de países com maior população carcerária feminina, onde o Brasil ocupa a quinta posição.

Segundo o levantamento feito pelo Ministério da Justiça, na Paraíba teve um crescimento de 91% das prisões, sendo estas do sexo feminino. Com essa população carcerária, a Paraíba é o quarto Estado da região Nordeste com o maior número de mulheres presas.

O perfil da população carcerária feminina da Paraíba são mulheres negras, jovens e com baixo índice de escolaridade. Onde 90% estão presas pelo crime de tráfico de drogas, quando seu companheiro é preso ou morto, elas passam a tomar a frente do negócio para poder gerar renda para a família.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO

Embora seja entendida como uma maneira de punir, a prisão, tem atingindo novos caminhos através das políticas públicas, que tem procurado mudar o foco da punição, implantando novos mecanismos a fim de obter do cárcere que é medida de

cumprimento da pena, uma reeducação e ressocialização do apenado buscando reinseri-lo no convívio social.

Essas medidas/políticas procuram implementar programas do governo federal, como cursos profissionalizantes, conclusão dos estudos, trabalho interno e externo, visando reinserir o apenado na sociedade de maneira digna e evitando que ele volte ao mundo do crime. Conforme Santiago (2011):

Entende-se que uma importante ferramenta para minimizar os efeitos nocivos do encarceramento é sem dúvida a educação e o trabalho. A iminência de fazer políticas voltadas para a educação e profissionalização no interior das prisões é urgente, em nosso país.

Miranda (2008, p. 175), afirma que:

A concretização das políticas de qualificação profissional, nos espaços educacionais que atuam na prevenção delitiva como ferramenta de minimização da reincidência criminal, salienta a inoperância dos processos de ressocialização do egresso mediante a inconsistência e debilidade das ações aliadas à deserção do Estado para com o sistema penitenciário.

A reintegração se dá por meio de um projeto de política penitenciária que possua a finalidade de recuperar os apenados para que estes possam ser reintegrados ao convívio social.

A Lei de Execução Penal (LEP) dispõe em seu artigo 1º que a execução penal possui o objetivo de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

A reinserção social tem como objetivo a humanização do detento durante sua permanência na instituição carcerária, ou seja, proporcionar uma orientação humanista colocando a pessoa que delinuiu como centro da reflexão científica.

As políticas públicas que buscam a ressocialização de apenados procuram reduzir os níveis de reincidência da criminalidade através da recuperação do detento por meio de medidas que auxiliem na sua educação, em sua capacitação profissional e na busca da conscientização psicológica e social.

É clara a importância da existência das políticas públicas de ressocialização para os apenados, pois, são elas que vão cumprir o objetivo da pena de reintegrar o apenado na sociedade, diminuindo a reincidência criminal em nosso país e pacificando o convívio social.

A reincidência ao crime indica que a ressocialização não foi efetivada. Alguns indivíduos com pouco tempo de liberdade voltam a cometer delitos por alguma

carência, seja ela falta de moradia digna, dificuldade no sustento familiar, ausência de qualificação profissional ou até mesmo falta de caráter, fazendo com que a estadia em uma unidade prisional seja um ciclo vicioso.

Para haver ressocialização a punição deve trabalhar em conjunto com a humanização, se completando e trazendo de forma efetiva a melhora dos apenados. Nesse sentido, Zacarias (2006, p. 61) afirma que:

O trabalho é importante na conquista de valores morais e materiais, a instalação de cursos profissionalizantes possibilita a resolução de dois problemas, um cultural e outro profissional. Muda o cenário de que a grande maioria dos presos não possui formação e acabam por enveredar, por falta de opção, na criminalidade e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez cumprida a pena.

A ressocialização tem o objetivo de resgatar a dignidade do apenado, trazendo incentivo pessoal e profissional, para que haja um amadurecimento pessoal, fazendo com que o apenado tenha vontade de ter uma vida digna fora da unidade prisional.

5 ESTUDO DE CASO

A pesquisa de campo foi desenvolvida na unidade Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB, localizada na Rua Horácio Nóbrega, S/N, Belo Horizonte, em Patos, na Paraíba. Foi fundada em 1955, sendo uma unidade prisional originalmente destinada a pessoas privadas de liberdade do sexo feminino, mas ainda é compartilhada com albergados do sexo masculino.

É um complexo penitenciário de grau de periculosidade médio, onde a maioria das apenadas se dá pelo crime de tráfico de drogas. A unidade é composta apenas por 01 (um) pavilhão, onde possui 13 (treze) celas coletivas, com 05 (cinco) presas em cada uma delas, dispõe também de 01 (um) berçário. Atualmente possui 47 presas no regime fechado, ou seja, condenadas.

A Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB é cercada por muros altos, fortes grades na entrada e vigiada 24 horas por agentes penitenciárias e policiais militares. A unidade prisional é comandada por uma diretora, que também é uma agente penitenciária.

A pesquisa foi dividida em duas partes, a primeira buscou conhecer quais são as políticas públicas de ressocialização implementadas na Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB, e entender como cada uma funciona. E a segunda parte,

buscou através de entrevista conhecer a opinião das apenadas e da diretora da Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB acerca das políticas públicas implantadas nesta unidade prisional.

Para melhor compreensão foi escolhido duas apenadas que se encontram privadas de liberdade naquela unidade prisional para dialogar sobre ressocialização e a diretora, por estar à frente da penitenciária e tem conhecimento dos programas ofertados. Iremos chamar de A1 a primeira apenada, A2 a segunda apenada e A3 a diretora da Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB.

O Governo do Estado da Paraíba em parceria com a Secretária de Administração Penitenciária (SEAP) no ano de 2011 criaram a gerência de executiva de ressocialização, visando reduzir a reincidência criminal na Paraíba. Foram criados projetos e ações buscando a reintegração social.

No total são 47 apenadas sentenciadas na Penitenciária Regional Feminina de Patos – PB onde todas participam dos programas de ressocialização ofertados.

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO IMPLANTADAS

A seguir, os principais programas de ressocialização realizados na referida unidade.

Plantando minha liberdade:

Criado: Em 2011.

Objetivo: As apenadas criarem uma horta no presídio, onde são plantadas verduras, visando a redução de gastos e a reintegração no convívio social através do trabalho.

Salão de Beleza:

Criado: Em 2012.

Objetivo: Curso profissionalizante de cabelo e manicure. Visando profissionalizar para quando sair da unidade penitenciária ter alguma renda.

Costurando bolas:

Criado: Em 2013.

Objetivo: Em parceria com a fábrica Carreiros, as apenadas fazem bolas, ajudando no convívio social no âmbito de trabalho, onde são remuneradas.

Confecção de Renascença:

Criado: 2013

Objetivo: Incentivar a criação. Onde o Estado doa o material para as apenadas confeccionarem a renascença para venda e assim gerando renda para elas.

Pronatec, Limpeza Urbana:

Criado: Em 2016.

Objetivo: Curso profissionalizante, com certificado de curso técnico visando crescimento curricular.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

Através do diálogo com as apenadas é notório o arrependimento em ter cometido delitos, são capazes de perceber que não querem mais viver privadas de liberdade, que querem retornar para o seio familiar.

A entrevista A1 relata que está encarcerada há um ano e seis meses, se considera totalmente ressocializada. Quando foi questionada sobre os programas de ressocialização na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB. Na ocasião, A1 afirmou que:

Hoje sou chefe da cozinha aqui no presídio, tive essa oportunidade por causa do meu bom comportamento. Os cursos que tive aqui no presídio mudou demais meu pensamento, ocupou mais minha mente com coisas boas e vontade de sair daqui para poder ter uma vida melhor.

A entrevistada A2 está presa há 3 anos e 3 meses. Ela relata que já foi presa três vezes e que não quer mais isso para ela, quer voltar para casa e viver com os filhos. Nesse sentido, A2 afirmou que “os cursos serviram para trazer alegria do mundo triste e diminuir minha pena. Quero sair daqui e não quero voltar nunca mais para esse lugar.”

Para a entrevistada A3, após a implementação das políticas públicas na penitenciária mostrou bons resultados no comportamento das apenadas, pois ficam menos ociosas. Sobre isso, A3 afirma:

Após a implementação das políticas para ressocialização foi ótimo, pois elas ficam menos ociosas. Percebemos uma grande melhoria no comportamento delas e grande interesse em participar, principalmente quando é remunerado.

Na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB todas as apenadas participam dos programas de ressocialização, mas as sentenciadas têm preferência, pois irão ficar ali por mais tempo, podendo ingressar no programa e concluir com êxito.

A única dificuldade encontrada em oferecer mais programas para ressocialização é a falta de espaço físico, pois a unidade é provisória e está de mudança para um novo espaço, assim esperando poder explorar mais dos programas de ressocialização.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que o cárcere é uma espécie de pena que busca além da punição um objetivo maior, que é a ressocialização do apenado, visando reintegrar o apenado no meio social e não apenas punir pelo delito praticado.

Conforme levantamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN), o número de apenados vem aumentando expressivamente nos últimos anos.

Isto demonstra a necessidade de aumentar as políticas públicas que buscam a ressocialização, com o fim de reduzir os níveis de reincidência da criminalidade, através de medidas que proporcionem educação, capacitação profissional e conscientização psicológica-social do apenado.

A existência de políticas públicas de ressocialização efetivas se mostram de extrema importância para administração pública penitenciária brasileira, uma vez que proporcionam o cumprimento do objetivo da pena de reintegrar o apenado na sociedade, diminuindo a reincidência criminal em nosso país e pacificando o convívio social, pois a reincidência ao crime pelo apenado indica que a ressocialização não foi

efetivada e a demonstra a falha do sistema penitenciário no cumprimento do objetivo de ressocialização da pena.

O estudo de caso demonstrou que as políticas públicas de ressocialização aplicadas na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB têm efetivamente contribuído para o cumprimento do objetivo da pena de ressocialização, uma vez que a grande maioria não voltam a cometer delitos e reintegram-se no convívio social.

Apesar das dificuldades diárias para promover a ressocialização, as políticas públicas estão surtindo efeito positivos na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB. O estudo de caso constatou que as apenadas são bastante interessadas em participar dos programas oriundos da políticas públicas de ressocialização, que são de fácil convívio e a que a grande maioria se considera apta para poder retornar ao convívio social, inclusive algumas consideram-se aptas a se inserir no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMBITO JURÍDICO. **A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301%3E
Acesso em: 20 mar. 2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287:** informação e documentação: projeto de pesquisa: documentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública.** São Paulo: Editora Cortez. Coleção Polêmica do nosso tempo, 1997.

BOLETIM JURÍDICO. **As políticas públicas do governo federal para o sistema carcerário.** Disponível em:
<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3892> Acesso em: 21 mar. 2017

CALDAS, R. W. (Org.) **Políticas públicas:** conceitos e práticas. Belo horizonte: Sebrae/MG, 2008. V. 7

CAMPOS, DALTON. **A ressocialização do apenado sob uma perspectiva humanista.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33797/a-ressocializacao-do-apanado-sob-uma-perspectiva-humanista> Acesso em: 20 mar. 2017

CANAL ABERTO BRASIL. **Judicialização das políticas públicas.** Disponível em: <https://canalaberto.com.br/judicializacao-das-politicas-publicas/> Acesso em: 21 mar. 2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Quais são os números da justiça no Brasil?** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/conteudo/arquivo/2016/02/b948337bc7690673a39cb5cdb10994f8.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017

CARVALHO, C.H.A.A. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995 – 2008): ruptura e/ou continuidade** 2011.45 f. Tese. (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2011.

DEPEN. **LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. INFOPEN.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** *Cad. CEDES* [online], vol. 21, n. 55, pp. 30-41, 2001.

JUSTIFICANDO. **Faltam recursos nas unidades prisionais femininas, revela Infopen mulheres.** Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/01/07/faltam-recursos-nas-unidades-prisionais-femininas-revela-infopen-mulheres/>

LUCENA, ALBERG. **Políticas públicas de ressocialização dos apenados:** Um estudo de caso da penitenciária regional de Campina Grande Raymundo Asfora – PB. 2014 Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3133/1/PDF%20-%20Alberge%20Lucena%20do%20Nascimento.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017

MASSIN, CLEBER. **Direito penal esquematizado – Parte Geral.** Editora Método, 2º Edição.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIO AMBIENTE. **O que são políticas públicas.** Disponível em: www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/.../O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf Acesso em: 10 nov.2016

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **MJ divulga novo relatório sobre população carcerária brasileira.** Disponível em:

<http://www.justica.gov.br/radio/mj-divulga-novo-relatorio-sobre-populacao-carceraria-brasileira> Acesso em: 20 mar. 2017

MIRANDA, C. M. **O estado e as políticas de qualificação profissional**

implantadas no sistema prisional. Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em <

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&o_autor=81311 >

PB AGORA. **Número de mulheres presas cresceu 567% e realidade da PB preocupa.** Disponível em:

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20151106080143&cat=brasil&keys=numero-mulheres-presas-cresceu-realidade-pb-preocupa> Acesso em: 21 mar. 2017

PLANALTO. **LEI DE EXECUÇÃO PENAL.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm Acesso em: 20 mar. 2017

RESK, FELIPE. **Taxa de aprisionamento aumenta 67% em 10 anos no Brasil.**

Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-aprisionamento-aumenta-67-em-10-anos-no-brasil,10000028197> Acesso em: 20 mar. 2017

REVISTA FORUM. **O número de mulheres presas aumentou porque elas estão cometendo mais crimes?** Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/10/03/o-numero-de-mulheres-presas-aumentou-porque-elas-estao-cometendo-mais-crimes/>

Acesso em: 20 mar. 2017

SANTIAGO, G. A. S. **A política de ressocialização no Brasil:** instrumento de reintegração ou de exclusão social? João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em

<http://bdt.d.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1656

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

UOL NOTÍCIAS, **Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo, diz estudo do MJ.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/23/prisoos-aumentam-e-brasil-tem-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo.htm> Acesso em: 20 mar. 2017

ZACARIAS, ANDRÉ EDUARDO DE CARVALHO. **Execução Penal Comentada.** 2.ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (DIRETOR)

PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB

- 1 – Qual ano surgiu a política de ressocialização PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB?
- 2 – Quais são os programas de ressocialização oferecidos na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB?
- 3 - Como era antes da implementação dos programas voltados a reinserção social e o que mudou após a implementação da política pública de ressocialização?
- 4 - Como é o processo de escolha para participar dos programas ofertados? Como o (a) Senhor (a) avalia esses programas? Os programas vêm alcançando seus objetivos, atingindo a meta?
- 5 - A senhora acredita que os projetos têm contribuído a reduzir a reincidência criminal? Em sua opinião, acredita que a apenada após cumprir sua pena está apta a conviver em sociedade?
- 6 - Alguma ex-apenada que participou dos programas de ressocialização reincidiu no crime?
- 7 – Quais são as dificuldades encontradas para aplicação dos programas?
- 8 – O (A) senhor (a) acredita que as atividades desenvolvidas nesta unidade ajudam as apenadas na convivência com outros detentos?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (APENADA PARTICIPANTE)

PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB

- 1 - Você se considera reintegrada a sociedade? Em caso afirmativo, como você avalia o processo de ressocialização? Identifique os principais programas que contribuíram para este processo?
- 2 - O que te levou a participar dos programas de ressocialização dentro PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB?
- 3 - A senhora tem conhecimento de alguma ex-apenadao que participou do projeto de ressocialização, e que hoje encontra-se efetivamente reintegrado a sociedade?
- 4 - A senhora tem conhecimento de alguma ex-apenada que participou do projeto de ressocialização e que hoje se encontra novamente no mundo do crime?
- 5 – A senhora acredita que o após cumprir sua pena você está apto a conviver em sociedade?
- 6 - Comete sobre algum programa dentro da PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB, que de fato te ajuda em sua integração social?
- 7 - As atividades que são desenvolvidas no interior desta unidade estão contribuindo em sua convivência com outras apenadas?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI-ESTRUTURADAS PARA ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO – (APENADA NÃO PARTICIPANTE)

PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB

- 1 – Qual o motivo da senhora não participar dos projetos desenvolvidos na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS-PB
- 2 - Você se considera reintegrado a sociedade? Em caso afirmativo, como você avalia o processo de ressocialização?
- 3 - A senhora tem conhecimento de alguma ex-apenadao que participou do projeto de ressocialização, e que hoje encontra-se efetivamente reintegrado a sociedade?
- 4 - A senhora tem conhecimento de alguma ex-apenada que participou do projeto de ressocialização e que hoje se encontra novamente no mundo do crime?
- 5 – A senhora acredita que o após cumprir sua pena você está apto a conviver em sociedade?
- 6 – A senhora acredita que pode voltar a cometer algum delito?
- 7 – Caso voltasse a reincidir ao crime, procuraria a participar dos programas para ressocialização?

ANEXO

ANEXO A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB.**

Está sendo desenvolvida por Gabriela Ramalho Melo, aluno do curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Profº Karlla Karolinne França Lima. O objetivo deste estudo é o levantamento das Políticas Públicas praticada na PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE PATOS – PB. Acerca de compreender se as políticas públicas têm contribuído efetivamente para a ressocialização das apenadas durante o cumprimento da pena no âmbito desta unidade prisional.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também, sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa na apresentação do seu Artigo Científico em cumprimento às exigências para conclusão de curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador:
Gabriela Ramalho Melo

Endereço Eletrônico: gabiramalhomelo@gmail.com

Contatos: (83) 9 8826-1928

Atenciosamente,

GABRIELA RAMALHO MELO